



**José Lourenço**

## Lei da eutanásia

Recordo o Dr. Gentil Martins, quando na qualidade de jornalista o questioneei sobre aquilo que me parecia ser o direito de alguém, de forma assistida, poder dizer BASTA a situações terminais inultrapassáveis.

O seu argumento prendeu-se com possíveis pressões sobre os médicos, por parte de familiares ou outras pessoas próximas, para defenderem interesses hereditários, etc. Quero dizer que a resposta não foi ética, mas prática e jurídica. Não sei, ainda hoje, se o Dr. Gentil Martins me achou demasiado “verde” para me dar um argumento ético sobre a vida, ou se era a único que tinha.

Passados mais de trinta anos, mantenho a minha “verdura”. Não percebo, não aceito, como não me entra na cabeça, que instituições conservadoras, como a Igreja Católica, excomunguem uma abortadora jovem, violada pelo pai, e mantenha o autor dentro do rebanho passível de ser salvo no Armagedão.

Tenho tido ao longo da vida a oportunidade de ver coisas inesperadas, quando pensava que já tinha visto tudo. Já tive de apelar a bits adicionais da minha memória para fazer o reset necessariamente constante para me manter vivo, sem renegar os meus princípios. Situações de ruptura pessoais ou profissionais têm sido inevitáveis, pois continuo convicto de que temos de adaptar a nosso posicionamento à postura dos outros.

Caso contrário, dizer que se é solidário só à força de qualquer corporativismo ou outra qualquer afinidade é para mim uma forma de negação, auto abate nos cadernos eleitorais, um coma activo, uma passagem à vida vegetativa, enfim.

A razão deste artigo tem por base a notícia recente sobre o projecto do PS que cria o chamado “testamento vital”, forma indirecta de se regulamentar o direito à eutanásia, já não ser aprovado até ao final da legislatura.

*O diploma encontra-se na Comissão Parlamentar de Saúde, ainda não se iniciou a sua discussão na especialidade (artigo a artigo) e entretanto ainda estão por receber alguns pareceres e fazer algumas audições.*

*Membros da bancada socialista admitiram que é impossível agendar a votação do diploma de forma a que ele seja aprovado antes da sessão legislativa terminar.*

*Dito de outra forma: por vontade do PS - ou de que qualquer outra bancada - só poderá ser retomado depois das eleições legislativas. Sendo que, se a direita vencer com maioria, então estará condenado ao chumbo (na votação do projecto na generalidade, em 28 de Maio, o PSD e o CDS votaram contra). Se fosse agendado para votação final ainda na presente legislatura teria aprovação garantida.*

Desde que devidamente regulamentadas, as questões da eutanásia, da interrupção voluntária da gravidez e outras, onde uma resposta obscurantista ou ausência dela servem de argumento a um atentado à lógica da evolução humana, deveriam ser uma prioridade nos dias actuais.

▪ Artigo relacionado em arquivo

08-07-2009 - Sobre os Hospitais (que não sabem comunicar más notícias) 